

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALESSANDRA FERNANDES LIMA DE OLIVEIRA

AVALIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO E ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS SOCIAIS
FACE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO SERTÃO PARAÍBANO.

SOUSA
2017

Alessandra Fernandes Lima de Oliveira

Avaliação da Alocação dos Recursos Públicos Sociais Face ao Desenvolvimento Local de
Municípios Paraibanos.

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Contábeis pela
Universidade Federal de Campina Grande
para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Marques
de Carvalho.

Sousa
2017

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por esta declaração, eu, Alessandra Fernandes de Lima, adquiero a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso com o título de “**Avaliação Arrecadação e Alocação dos Recursos Públicos Sociais Face ao Desenvolvimento Local de Sertão Paraibano**”, estando conhecedor das sanções legais previstas alusivas ao plágio. Sendo assim, estão, a instituição, o orientador e os demais componentes da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente ao que se refere à minha parte, pela veracidade e personalidade desta obra.

Sousa-PB, ____ de _____ 2017.

Alessandra Fernandes Lima de Oliveira

ALESSANDRA FERNANDES DE LIMA DE OLIVEIRA

**AVALIAÇÃO DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS SOCIAIS FACE AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MUNICÍPIOS PARAIBANOS.**

Esta monografia foi julgada como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, bem como aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa-PB.

Aprovada em: ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Professor (Dr.) José Ribamar Marques de Carvalho
Professor Orientador

Membro Examinador (a)

Membro Examinador (a)

SOUSA
2017

Dedico este trabalho primeiramente a DEUS, sem sua presença na minha vida nada disso teria se tornado realidade. A meu filho, Gabriel, a quem eu devo todo apoio e inspiração. Ensinou que nunca é tarde para correr atrás dos sonhos, de investir em si mesmo e que era chegada a hora de se colocar como prioridade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, por sempre estar presente me guiando diante das dificuldades que apareceram no meu caminho e por me dar forças pra superar tamanha jornada.

Aos meus pais, Maria de Fátima Fernandes e Antônio Fernandes de Sousa, que me ensinaram a trilhar o caminho do bem, por todo apoio, pelo carinho e paciência em todos os momentos.

Aos meus filhos que são minha razão de viver, são fontes de inspirações, alegrias e conquistas, sem eles nada disso seria possível.

Ao meu orientador, José Ribamar Marques de Carvalho, que com seus pensamentos e com muita experiência na função de pesquisador, ajudou-me a transformar a minha ideia, em um ótimo trabalho.

O meu sincero agradecimento a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho e a iniciação de minha vida de pesquisadora.

Aos colegas de classe, que estiveram presentes durante toda essa caminhada, onde todos buscavam alcançar a conclusão do curso, na qual devo a minha gratidão pelo companheirismo, nas alegrias e tristezas, no decorrer destes anos.

A todos os professores que, no decorrer da minha vida estudantil, estiveram presentes, me ajudando e colaborando na minha formação profissional e acadêmica.

A todos aqueles que estiveram na torcida pela realização deste sonho, irmãos, primos(as), tios (as), amigos.

Enfim, agradeço a todos os que fizeram parte deste momento e que, mesmo indiretamente, contribuíram para a chegada desta conquista.

Obrigada!

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota”.

Theodore Roosevelt.

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar o desempenho da gestão pública dos municípios com até 10.000 habitantes da microrregião de Sousa/PB, no período de 2011 a 2015. Para isso, fez-se o uso de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental com uma abordagem quantitativa através da aplicação de métodos estatísticos. Os dados foram coletados nos sítios do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (SAGRES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram selecionados 13 indicadores de desempenho com o objetivo de evidenciar a gestão pública em mais de um cenário, sendo estes indicadores 5 da dimensão econômica, 8 da dimensão social. Através da padronização de variáveis, foi possível fazer uma correlação de tais indicadores podendo avaliar o comportamento de algumas variáveis em relação às outras. Constatou-se que, os gestores públicos encontram-se diante da necessidade de inovar a forma de gerenciar os recursos das entidades que representa, buscando novas estratégias tanto para arrecadação como para a aplicação dos recursos, sejam eles próprios ou de transferências. A análise estatística dos dados obtidos demonstrou que dos municípios estudados na dimensão econômica a penas três municípios se encontram em situação aceitável, já na dimensão social todos apresentam situação de alerta.

Palavras-Chave: Administração Pública; Alocação de Recursos públicos; Transparência na Gestão Pública.

ABSTRACT

The research aims to analyze the public management performance of municipalities with up to 10,000 inhabitants of the Sousa / PB micro-region, from 2011 to 2015. For this purpose, a descriptive, bibliographic and documentary research was done using a quantitative approach through the application of statistical methods. Data were collected at the State of Paraíba Court of Accounts (SAGRES) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). A total of 13 performance indicators were selected to highlight public management in more than one scenario. These indicators are 5 of the economic dimension, 8 of the social dimension. Through the standardization of variables, it was possible to correlate such indicators by assessing the behavior of some variables in relation to others. It was verified that, public managers are faced with the need to innovate the way of managing the resources of the entities it represents, seeking new strategies both for collection and for the application of resources, either themselves or through transfers. The statistical analysis of the obtained data showed that from the municipalities studied in the economic dimension, only three municipalities are in an acceptable situation.

Keywords: Public Administration; Allocation of public resources; Transparency in Public Management.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: O desempenho por dimensão econômica e social dos respectivos municípios ..45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Microrregião de Sousa/PB	36
Tabela 2: Classificação dos indicadores de gestão pública	40
Tabela 3: Desempenho Municipal em Relação à Arrecadação das Receitas 2011 a 2015 (Parcial).	42
Tabela 4: Desempenho Municipal em Relação à Alocação das Despesas 2011 a 2015 (Parcial).	45
Tabela 5: Desempenho Municipal Global (Arrecadação das Receitas x Alocação das Despesas) 2011 a 2015.	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da microrregião de Sousa.	37
Figura 2: Relação positiva	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário – o papel das instituições de controle público estatal.....	21
Quadro 2: Categorias econômicas e grupos de despesas	29
Quadro 3: Dimensão Econômica (Arrecadação de recursos): indicador, fórmula, objetivo, relação/fonte.	38
Quadro 4: Dimensão Social (Alocação de Recursos sociais): indicador, fórmula, objetivo, relação/fonte	39

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CF - Constituição Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAC - *International Federation of Accountants*

IPSASB - *International Public Sector Accounting Standards Board*

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

PPA - Plano Plurianual

SAGRES - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivos	18
1.1.1 Objetivo Geral	18
1.1.2 Objetivos Específicos	18
1.2 Justificativa	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Administração Pública	20
2.1.1 Conceito	20
2.1.2 Administração Direta e Indireta	22
2.2 Gestão e Finanças Públicas Municipais	23
2.3 Contabilidade Pública	25
2.3.1 Conceito	25
2.4 Receita Pública	27
2.5 Despesa Pública	28
2.6 Orçamento Público	29
2.7 Lei de Responsabilidade Fiscal	31
2.8 Transparência na administração pública	33
3 METODOLOGIA	35
3.1 Classificação Metodológica da Pesquisa	35
3.2 Universo e amostra da pesquisa	35
3.3 Coletas de dados e indicadores do modelo	37
3.4 Estrutura dos dados	40
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

APÊNDICES

APÊNDICE A: Indicadores de arrecadação das receitas 2011 a 2015 normalizados

APÊNDICE B: Indicadores de alocação de despesas 2011 a 2015 normalizados

1 INTRODUÇÃO

A administração pública brasileira apresenta traços peculiares, historicamente construídos. Destacamos três dimensões que ajudam a entender essas características: o modelo híbrido de carreiras de servidores; o tipo de federalismo brasileiro; e o ambiente em que opera a administração, marcado por grande heterogeneidade social e econômica. No que concerne a administração e alocação dos recursos públicos dos municípios, sempre foi alvo de grandes discussões, principalmente no que se refere ao direcionamento dos recursos (MARAL, 2006).

Dessa maneira foi criada em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual estabeleceu várias mudanças na administração pública, tendo que se adaptar as regras rígidas de transparência e responsabilidade fiscal. Nesse seguimento, a transparência pública passa a ser um grande aliado da população, inibindo a corrupção e expondo para a sociedade as receitas orçamentárias (GERIGK; CLEMENTE, 2012).

Segundo Kohama (2010), há dois tipos de administração, a Administração Direta que é voltada para a estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios; e a Administração Indireta que é aquela atividade administrativa, caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do Estado.

Conforme, Gerigk; Clemente; Taffarel (2010), as receitas públicas, em sentido amplo, referem-se aos recolhimentos de valores aos cofres públicos. Tais receitas públicas compreendem receitas orçamentárias e receitas extraorçamentárias. As extraorçamentárias são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, não pertencem aos entes públicos. Ao contrário, as receitas orçamentárias são as que, de fato, pertencem à entidade pública e se classificam economicamente como Receitas Correntes ou Receitas de Capital.

Podemos dizer que as receitas correntes são destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam a manutenção das atividades dos gestores público, seja com saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, habitação, transporte. Entre outros. Já as receitas de capitais são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas estão destinadas a despesas de capitais. O trabalho em questão terá como foco as receitas e despesas correntes.

Diante do que foi explanado, fica claro a necessidade de avaliação da alocação dos recursos públicos sociais mediante o desenvolvimento local de municípios paraibanos.

Com base no exposto e considerando a importância da temática no âmbito da gestão pública, surge o seguinte questionamento: Será que os recursos oriundos de transferências e receita própria estão sendo alocados de modo a proporcionar o desenvolvimento do município e a satisfação das necessidades básicas (educação, saúde, cultura, assistência social, transporte, segurança e habitação) da população de forma eficiente, no período de 2011 à 2015?

Este trabalho é composto por cinco partes, sendo inclusa esta introdução, logo após estão explícitos o objetivo geral e os específicos. Na segunda parte observa-se o referencial teórico com opiniões de pesquisadores em relação aos temas abordados na presente pesquisa. Na terceira parte encontra-se a metodologia que foi utilizada na pesquisa. Na quarta parte a análise dos resultados obtidos. E, por último, a conclusão sobre a pesquisa realizada.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Avaliar a alocação dos recursos sociais dos municípios da microrregião de Sousa-PB com população de até 10.000 habitantes.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Estruturar os indicadores (variáveis, funções sociais) relacionados à alocação de recursos sociais dos municípios da região em estudo;
- Analisar o comportamento dos indicadores (variáveis, funções sociais) relacionados à alocação de recursos sociais dos municípios da região em estudo;
- Comparar o que entrou de recursos nos municípios (repasses) e o que de fato foi alocado;
- Realizar uma análise comparativa entre o desempenho dos municípios para demonstrar quais apresentam melhor situação em termos de alocação dos recursos sociais municipais.

1.2 Justificativa

Administrar é o ato de gerir os recursos públicos, não só prestar serviço. Já a Administração Pública tem como finalidade garantir o funcionamento de todos os serviços públicos, a fim de satisfazer as necessidades inerentes à sociedade, promovendo o desenvolvimento econômico e social da população (MARTINS; COELHO; ALMEIDA, 2012).

A administração pública vem passando por uma série de transformações em suas organizações ao longo dos anos, neste sentido, o papel dos Gestores Públicos na Nova Gestão Pública (*New Public Management*) é terem maior responsabilidade, ou seja, devem gerir os recursos públicos de forma eficiente e eficaz e este novo enquadramento requer por parte do Estado um controle especializado, que possa aferir a correta atuação dos responsáveis (SILVA et al., 2015).

Torna-se claro que atualmente a administração pública tem sido o foco de muitos estudos, no entanto, um fator a ser levado em consideração, é que poucos são os trabalhos encontrados abordando sobre análise por correlação entre receitas e despesas, o desempenho de municípios em se tratando de aplicação de recursos. Este trabalho busca trazer inovação quando se trata de comparar e avaliar a alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de municípios paraibanos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa sessão será abordado temas e estudos referentes a outros trabalhos relacionados à Avaliação da alocação dos recursos públicos sociais, onde será possível realizar um apanhado mais amplo acerca do conceito de administração e contabilidade pública, destacando a gestão e finanças públicas municipal.

2.1 Administração Pública

2.1.1 Conceito

Administrar é o ato de gerir os recursos públicos, não só prestar serviço. Já a Administração Pública tem como finalidade garantir o funcionamento de todos os serviços públicos, a fim de satisfazer as necessidades inerentes à sociedade, promovendo o desenvolvimento econômico e social da população (MARTINS; COELHO; ALMEIDA, 2012).

Gerigk; Clemente; Taffarel (2011), conceituam a administração pública como sendo o conjunto de serviços e entidades que tem como finalidade concretizar as atividades administrativas, executando as decisões políticas e legislativas, tendo como propósito gerir os bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal.

De acordo com Lima; Castro (2000), a estrutura do Estado e da Administração Pública é dividida em três poderes: o Legislativo – que funciona a nível Federal, e é exercido pelo Congresso Nacional e pelo Senado Federal, nos Estados é exercido pelas Assembleias Legislativas e nos Municípios pelas Câmaras dos Vereadores; o Judiciário – que a nível federal é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Eleitorais e Militares, Tribunal e Juízes do Distrito Federal e Territórios; nos Estados existem os Tribunais de Justiça e os Juízes Estaduais, não há Judiciário Municipal; o Executivo – exercido na União pelo Presidente da República. Nos Estados e no Distrito Federal, o chefe é o governador. Nos Municípios, é exercido pelo Prefeito Municipal.

Desta forma, a administração pode ser entendida a partir do ato de gerir o funcionamento, à estrutura e o rendimento das organizações, e isso é válido também para o serviço público. Onde os bens são da sociedade, o que implica uma enorme responsabilidade aos que fazem parte do poder público. Para tal, é necessário que haja uma divisão compartilhada entre os três Poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo. Para uma melhor entendimento desses 3 (três) poderes, bem como, o papel das instituições de controle público estatal, utilizaremos Silva Júnior (2010, p. 29) no quadro 01.

Quadro 01: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário – o papel das instituições de controle público estatal.

Executivo		Legislativo		Judiciário
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos ilegais de quaisquer dos poderes
Controles internos da administração		Controle Externo da administração		Controle Jurisdicional
Controle interno administrativo	Controle interno gerencial	Controle Político	Controle Técnico	<i>Habeas corpus</i> <i>Habeas data</i> Mandado de injunção, Mandado de segurança, Ação Popular, Outros
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controles sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre as decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	
Funções administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de controle interno.	Legislativo	Tribunais de Contas e Comissões Orçamentárias de Fiscalização	Tribunais e Juízes.

Fonte: Silva Júnior (2010, p. 29).

O quadro 01 demonstra que o Poder Executivo é responsável por controlar atos da própria administração (administração interna), o Poder Legislativo têm controle sobre os atos e agentes do Executivo (administração externa) e o Poder Judiciário tem a função de controlar os atos ilegais de quaisquer poderes.

Sendo assim, os objetivos dos Entes Públicos (federal, estaduais e municipais), segundo Gerigk; Clemente; Taffarel (2011), buscam atender às necessidades da população, que são crescentes, mediante a administração dos recursos públicos, que são escassos. Assim, a administração pública passa a ser designada como o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal; onde o Governo passa a responsabilizar-se pela condução dos negócios públicos, utilizando os Poderes e órgãos que o integram para atingir seus objetivos. Dessa forma, o Estado, que tem a

responsabilidade de atender às demandas da sociedade, com serviços públicos de qualidade, os realiza por meio da administração pública.

Com base em Souza et al. (2013), a prestação de serviços à população pelo Estado objetiva promover o bem estar social da coletividade, incluindo assim o acesso a serviços como saúde, educação, segurança, moradia, dentre outros. Nesse contexto, verifica-se que o Estado possui uma estrutura organizacional composta por diversas entidades e órgãos com prerrogativas e responsabilidades, recursos materiais e financeiros para atender o bem estar social e o interesse público. Assim, as entidades públicas têm o desafio de apresentar a sociedade à melhoria da qualidade de vida da população por meio dos investimentos sociais.

Para José Filho (2008), na administração pública, o controle interno deve estar presente, atuando de preventivamente, em todas as suas funções, sejam elas: administrativa, jurídica, orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, de recursos humanos, dentre outras, na busca da realização dos objetivos a que se propõe.

Coelho; Cruz; Platt Neto (2011), acrescentam que a administração pública brasileira tem na Constituição Federal (CF) a garantia do exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

2.1.2 Administração Direta e Indireta

Para que a administração pública seja possível, ela é dividida em administração direta ou centralizada e em administração indireta ou descentralizada.

A administração direta ou centralizada é constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, no âmbito federal. A administração direta é aquela que se encontra integrada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo (KOHAMA, 2010).

Ainda segundo Kohama (2010), a Administração Indireta ou Descentralizada é aquela atividade administrativa, caracterizado como serviço público ou de interesse público,

transferida ou deslocada do Estado. O desempenho da atividade pública é exercido de forma descentralizada, por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, proporcionando ao Estado a satisfação de seus fins administrativos.

2.2 Gestão e Finanças Públicas Municipais

O município, enquanto unidade político-administrativa teve o seu início com a República Romana interessada em manter a dominação pacífica sobre as cidades conquistadas. Os vencidos ficavam sujeitos, desde a anexação ao Império, às imposições do Senado, mas, em troca da fiel obediência às leis romanas, a República concedia-lhes certas prerrogativas, que variavam de simples direitos privados até ao privilégio político de eleger seus governantes e dirigir a própria cidade. Atualmente, os municípios, no desempenho de suas atividades e realização de seus fins, precisam obter meios financeiros, pela exploração de seu patrimônio, pelas contribuições representadas pelos tributos municipais e pela participação nas receitas do governo estadual e da União, como explica, Gerigk; Clemente; Taffarel (2010).

A administração pública vem passando por uma série de transformações em suas organizações ao longo dos anos, neste sentido, o papel dos Gestores Públicos na Nova Gestão Pública (*New Public Management*) é terem maior responsabilidade, ou seja, devem gerir os recursos públicos de forma eficiente e eficaz e este novo enquadramento requer por parte do Estado um controle especializado, que possa aferir a correta atuação dos responsáveis (SILVA et al., 2015).

A estrutura de controle da administração pública brasileira é normatizada de acordo com os artigos 70 e 74 da CF/88, os quais definem duas espécies de controle: o primeiro é o Interno, exercido pelo próprio poder ou órgão, dentro de sua esfera administrativa, visando disciplinar rotinas e evidenciar procedimentos ilegais ou ilegítimos; e o segundo é o Externo, exercido pelo poder legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, e responsável pela fiscalização quanto à legalidade, economicidade, moralidade e demais princípios que norteiam a Administração Pública brasileira (KRONBAUER et al., 2011).

Nas últimas décadas, os brasileiros estiveram engajados no processo de redemocratização do país, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse público e mais eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos. Ao deixar as escolas patrimonialista e burocrática para trás a Administração Pública avança pela fase Gerencial, priorizando a eficiência da Administração, o aumento da qualidade dos serviços, a redução de custos, o foco em resultados, orientação para os cidadãos, transparência, acesso à informação pública, *accountability* pública e a identificação de novas formas de prestação dos serviços públicos (SOUZA; BARROS, 2013).

Paula (2005), pondera que a administração pública gerencial brasileira está ligada ao intenso debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade do Estado na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Esse debate se situa no contexto do movimento internacional de reforma do aparelho do Estado, que teve início na Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Thoenig (2000), a abordagem gerencial e realista busca atender às necessidades dos tomadores de decisão e predomina porque geralmente é difícil, e até mesmo arbitrário, avaliar reformas em termos de sua eficácia geral externa. Em virtude disso, as metas e os objetivos da reforma de gestão do setor público raramente são colocados de uma maneira clara e operacionalmente mensurável quando uma política é definida ou lançada.

No entanto, Ribeiro; Pereira; Benedicto (2013) destacam alguns problemas inerentes à administração pública brasileira fortemente influenciado pelo legado histórico e pela instabilidade dos sistemas políticos como, por exemplo: Reformas pragmáticas, conduzidas por meio de formalidades, que nesse caso a legislação se torna mais importante que a implementação, prioriza-se a legislação ao invés de práticas administrativas diárias, sendo possível perceber a ausência da vinculação da lei com a formulação das políticas públicas; Ausência da identificação das prioridades das reformas e das metas; Políticas de reformas sem transparência e fechadas, pois, não adianta pensar em reforma administrativa se a cultura e mentalidade dos governantes e gestores não condizem com os paradigmas das reformas; e Reformas descontínuas, ou seja, reformas que não incorporam às rotinas diárias se transformam em frustrações, necessitando propor um padrão de reforma seqüencial.

A partir dessas implicações no que se refere a administração pública, Gerigk; Clemente; Taffarel (2011), explicam em seu estudo que a gestão pública envolve a interpretação de objetivos a fim de transformá-los em ações organizacionais por meio do planejamento, da

organização, da direção e do controle, podendo ser entendida como o conjunto de idéias, atitudes, normas e processos que determinam a forma de distribuir e de exercer a autoridade política e como se atendem aos interesses públicos. No que concerne a gestão financeira no âmbito municipal, Gerigk; Clemente e Taffarel, destacam que ela refere-se aos procedimentos empregados na obtenção e administração dos recursos financeiros – receitas públicas – necessários para a realização dos serviços públicos e dos programas de interesse local, que constam no orçamento municipal e são executados ou desenvolvidos por intermédio das despesas públicas.

Desse modo, Coura (2016), explica que a Gestão de finanças públicas é de suma importância para um gerenciamento efetivo da máquina pública, uma vez que, a gestão municipal relaciona-se com o conjunto de recursos e instrumentos da administração e são aplicados na cidade como um todo, buscando à qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos, proporcionando as melhores condições de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações da governança pública municipal.

2.3 Contabilidade Pública

2.3.1 Conceito

A contabilidade é compreendida como um sistema de informações idealizado para coletar, registrar, reunir, interpretar e demonstrar os fatos que afetam as situações patrimoniais de qualquer entidade, tanto de caráter público ou privado. Esse sistema de informação possibilita fornecer aos seus usuários (governo, investidores, fornecedores, financiadores, empregados, sociedade em geral etc.) demonstrativos e análises de natureza física, econômica e financeira, referentes à entidade objeto da contabilização. Dessa forma, a contabilidade apresenta significativa relevância no processo de compreensão de diversos aspectos do orçamento, não apenas de natureza técnica ou jurídica, mas também política e econômica (configuração das receitas e despesas), como ressalta Cruz; Ferreira (2008).

Ainda tendo por base Cruz; Ferreira (2008), a função da contabilidade é indispensável para que haja efetividade no controle da execução orçamentária e financeira. Esse controle é necessário em virtude da necessidade de prestar as informações que representam a

realidade econômica do conjunto dos órgãos e entidades públicas, levada a efeito por meio da atividade financeira do Estado (receita, despesa, orçamento e crédito público).

No que se refere à Contabilidade Pública, Santos; Almeida (2012), dizem que ela é o ramo da contabilidade que objetiva aplicar os conceitos, Princípios e Normas Contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Pública, através das suas normas. Soares; Scarpin (2010), acrescentam que o objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio da entidade pública. Este ramo da Contabilidade estabelece as normas e as técnicas próprias de contabilidade que são aplicadas por todos os entes, que recebam, guardem, apliquem ou movimentem recursos públicos.

Coelho; Cruz; Platt Neto (2011, p. 167), afirmam que a contabilidade pública:

não pode ficar adstrita ao objetivo de prestação de contas, pois deve estudar formas que permitam o controle efetivo da gestão do governo e, ainda, pesquisar alternativas que auxiliem o processo decisório, buscando sempre a transparência (...) para que todos os cidadãos possam compreender a ação dos governantes.

Gama; Duque; Almeida (2014), ressaltam que a contabilidade aplicada ao setor público, como área específica da ciência social aplicada, é organizada na forma de sistema de informação, cujos subsistemas orçamentário, patrimonial, custos e de compensação, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. Esse sistema de informações, chamado de contabilidade pública, passa neste momento por um processo de convergência ao modelo internacional desenvolvido pela *International Federation of Accountants* (IFAC), por meio do *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), considerado arcabouço normativo de alta qualidade. Essa nova estrutura tem como objetivo aprimorar a transparência das finanças públicas em todos os seus desdobramentos, procurando evitar práticas de corrupção ou de gestão inadequada dos recursos públicos.

Segundo Soares; Scarpin (2010), o IFAC - *International Federation of Accountants* (Federação Internacional de Contadores) foi criado em 1977 pelos organismos profissionais internacionais de contabilidade, viabilizando conduzir estudos específicos relacionados com a ética profissional, educação e treinamento, e a estrutura de organizações contábeis regionais, além de estreitar o relacionamento da profissão em nível mundial, contribuindo

para o desenvolvimento da economia internacional, possibilitando qualidade técnica dos profissionais, e representando a profissão em assuntos de interesse público.

2.4 Receita Pública

A Receita Pública trata-se do recebimento efetuado pela instituição pertencente ao Estado, com a finalidade de ser aplicado em gastos operativos e de administração. As receitas públicas podem ser divididas em dois tipos distintos: Receita Orçamentária, Receita Extraorçamentária.

Conforme, Gerigk; Clemente; Taffarel (2010), as receitas públicas, em sentido amplo, referem-se aos recolhimentos de valores aos cofres públicos. Tais receitas públicas compreendem receitas orçamentárias e receitas extraorçamentárias. As extraorçamentárias são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, não pertencem aos entes públicos. Ao contrário, as receitas orçamentárias são as que, de fato, pertencem à entidade pública e se classificam economicamente como Receitas Correntes ou Receitas de Capital.

A classificação econômica da receita orçamentária é estabelecida pela Lei nº 4.320/64 visando sustentar o conceito com base no ingresso de recursos financeiros. Desse modo, deve-se proceder ao registro da receita orçamentária, mas antes disto deve-se proceder ao registro do direito no momento em que for reconhecido para refletir o real estado patrimonial da entidade (BRASIL, 2004).

Segundo Nascimento; Debus (2000) a Constituição Federal de 1988 possibilitou o incremento na carga tributária brasileira após esse período. Em 1989 ela representava cerca de 22% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, atingindo 29,5% em 1990. A Carta Magna aumentou significativamente a participação dos Estados e dos Municípios na repartição do “bolo fiscal”, em detrimento da União.

Sendo assim, a classificação econômica da receita orçamentária é sustentada por conceitos próprios e não elimina a condição de serem refletidos harmonicamente pela contabilidade. De acordo com a categoria Econômica a Receita pública classifica-se em: Receitas Correntes que são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, também em atividades operacionais, correntes ou de capital, visando o atingimento dos objetivos constantes dos

programas e ações de governo; e as Receitas de Capital que podem ser entendidas como os ingressos de recursos financeiros oriundos de atividades operacionais ou não operacionais para aplicação em despesas operacionais, correntes ou de capital, visando ao atingimento dos objetivos traçados nos programas e ações de governo (BRASIL, 2004).

2.5 Despesa Pública

As despesas públicas são os gastos monetários efetuados pelos entes públicos a qualquer título. As despesas públicas classificam-se em despesas orçamentárias e extraorçamentárias, além de constituírem um conjunto dos gastos públicos autorizados por intermédio do orçamento ou de créditos adicionais, devendo evidenciar a política econômico-financeira e o programa do Governo, destinado a satisfazer às necessidades da comunidade (GERIGK; CLEMENTE; TAFFAREL, 2010).

As despesas públicas podem ser definidas como os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; a satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda a restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações, etc. Ou seja, as despesas públicas conferem a distribuição e ao emprego de receitas para o custeio de diferentes setores da Administração e para os investimentos (KOHAMA, 2010).

Almeida (2014) trás em sua pesquisa a Classificação Econômica da Despesa, que por sua vez, serve para analisar o impacto das ações do governo na economia, sendo assim classificadas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. O Quadro 2 apresenta também os grupos de despesas, dada as características das atividades reguladoras, que são mais frequentes as Despesas Correntes nos grupos de Pessoal e outras Despesas Correntes.

Quadro 2: Categorias econômicas e grupos de despesas

Categorias Econômicas	Grupos
Despesas Correntes	1. Pessoal e Encargos Sociais 2. Juros e Encargos da Dívida 3. Outras Despesas Correntes
Despesas de Capital	4. Investimentos

	5. Inversões Financeiras
	6. Amortização da Dívida

Fonte: Almeida (2014, p. 15).

Conforme Nascimento; Debus (2000) a regra básica da LRF (art. 15), para todo e qualquer aumento de despesa pode ser traduzida da seguinte forma:

toda e qualquer despesa que não esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos três primeiros exercícios de sua vigência, da sua adequação orçamentária e financeira com a LOA, o PPA e a LDO e, no caso de despesa obrigatória de caráter continuado, de suas medidas compensatórias, é considerada: não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público. Essa norma, de acordo com o § 4º do artigo 16 da LRF, é condição prévia, não só para a aquisição de bens, serviços e obras, como também para a desapropriação de imóveis urbanos, que, de acordo com a Constituição, deverá ser paga em dinheiro (NASCIMENTO; DEBUS, 2000, p. 24).

Desse modo, pode-se observar que as despesas geradas a partir dessas ações, atendem aos requisitos propostos: gerarão despesas correntes, derivadas de lei e execução por período superior a dois exercícios financeiros.

2.6 Orçamento Público

Orçamento Público é o mecanismo elaborado para limitar as despesas orçamentárias, a possibilidade de receitas orçamentárias em um determinado período, geralmente um ano; onde o mesmo evidencia todas as despesas que serão fixadas e todas as receitas que serão previstas, não podendo as despesas serem superiores as receitas e vice-versa. Almeida (2014) discute que a previsão das receitas e a fixação das despesas no contexto do Planejamento Orçamentário ocorre conforme os procedimentos gerais à todas as estruturas da Administração Pública, na qual as Agências Reguladoras são Unidades Orçamentárias vinculadas ao Órgãos Setoriais, Ministérios.

Baseando-se por Abreu; Gomes (2013) nos últimos anos, o processo orçamentário brasileiro passou por mudanças que objetivavam aumentar a eficiência dos fatores de produção e da qualidade dos serviços prestados pelo governo, principalmente com o incentivo à inovação e

por meio da revisão de paradigmas associados aos modelos patrimonial e burocrático de administração pública. Essas mudanças resultaram em reformas gerenciais, de forma a buscar maior emancipação por meio da participação e do controle social, ou seja, promovendo ações coletivas e cooperativas que colaborem com o desenvolvimento do país.

Os principais tipos de orçamento são: orçamentos globais e parciais, orçamentos a curto e a longo prazo, orçamentos periódicos e contínuos e orçamentos flexíveis ou variáveis, há ainda os orçamentos fiscais, de investimentos das empresas e o de seguridade social. Apesar de serem distintos entre si, os orçamentos visam um mesmo objetivo que é atingir os resultados esperados.

Cremonuzzi et al. (2010), descrevem esses orçamentos da seguinte forma: Orçamentos a curto e em longo prazo – é qualificado de curto prazo períodos de um ano ou menos, e longo prazo quando cobrem períodos maiores de um ano; Orçamentos periódicos e contínuos – referem-se às características do ramo de atividade da empresa, costuma-se adotar orçamentos do tipo periódico que podem ser anuais, semestrais, ou raramente trimestrais e não podem ser alterados até o final de sua vigência; Orçamentos flexíveis ou variáveis - existem grandes variações entre o orçamento e o desempenho real da empresa. Para essas variações foram desenvolvidos procedimentos que ajustam os valores orçados aos níveis reais de operação.

A Execução Orçamentária obedece a um ciclo onde antes da mesma ser transformada em lei, esta é elaborada com base nas necessidades da população; e após o término da execução, em um determinado período, é feita a avaliação dos resultados para finalmente ser submetido a aprovação.

Para Silva (2009), o ciclo orçamentário não se confunde com o exercício financeiro, uma vez que, este corresponde a uma das fases do ciclo, ou seja, à execução do orçamento, tendo em vista que a fase de preparação da proposta orçamentária e sua elaboração legislativa precedem o exercício financeiro, e a fase de avaliação e prestação de contas ultrapassa-o.

Com relação aos princípios orçamentários, Alves Neto (2006, p. 08) discorrem que tais princípios tratam-se de:

Um conjunto de proposições orientadoras que balizam os processos e as práticas orçamentárias, com vistas a dar-lhes estabilidade e consistência, sobretudo no que se refere à sua transparência e ao seu controle pelo Poder Legislativo e pelas demais instituições da sociedade.

Ainda segundo o autor mencionado, os princípios orçamentários podem ser divididos em: clássicos - anualidade (ou periodicidade), clareza, especificação (ou discriminação), exclusividade, não-vinculação (ou não-afetação) de receitas, prévia autorização (ou legalidade), publicidade, unidade, universalidade; e os complementares – equilíbrio, exatidão, flexibilidade, programação e regionalização.

Com base em Abreu; Gomes (2013) os instrumentos de planejamento - como definição de objetivos, metas, desafios e riscos - são relevantes para compor uma estratégia de desenvolvimento, no entanto, é a política macroeconômica o alicerce desse processo, com as definições monetária, cambial e fiscal. Sendo assim a política fiscal foi priorizada, estrategicamente, como parte no processo decisório de elaboração dos projetos de lei do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), visando estabilizar a economia do país após a publicação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

2.7 Lei da Responsabilidade Fiscal

No dia 04 de Maio de 2000, entrou em vigor a Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem como finalidade estabelecer às administrações públicas de todas as esferas o conceito de gestão fiscal responsável e preconizar a ação planejada e transparente; prevenção de riscos; equilíbrio das contas públicas; cumprimento de metas e de resultados; e cumprimento de vários limites, dentre os quais se destacam os limites de gastos com pessoal e com o montante do endividamento. A LRF é fundamental para ressaltar a noção básica de que a atuação apropriada do setor público no desempenho de suas funções supõe a obtenção de finanças coerentemente administradas (GERIGK; CLEMENTE, 2012).

Para Moura (2004), a responsabilidade civil, de instituto jurídico destinado a impor ao causador, ou responsável, por dano a terceiro, a obrigação de reparar o prejuízo. Na responsabilidade civil estabelece-se a punição extra-penal a todo aquele que, ao cometer um ato ilícito, causar danos a outrem. Em suma, existe responsabilidade civil quando uma pessoa deve reparar um dano sofrido por outra.

O outro citado anteriormente ainda argumenta que a responsabilidade civil repousa sobre o tripé culpa, dano e nexos de causalidade. A culpa diz respeito ao pressuposto de índole

subjetiva, de modo a ser caracterizada como a atuação indevida do agente causador do dano, que deixa de observar os deveres mínimos de precaução, inobservando os cuidados necessários ao surgimento de danos à esfera patrimonial de terceiros. É exatamente o comportamento culposo do causador do dano que reveste o ato jurídico da ilicitude necessária a erigi-lo como fato gerador do dever de indenizar. A culpa, aqui, abrange as modalidades de culpa propriamente dita e dolo. A prova da culpa, porém, via de regra, incumbe à vítima, sobre a qual recai o ônus de demonstrar a existência de dolo ou culpa na atuação do agente causador do dano, para se ver ressarcida do prejuízo causado.

Estão sujeitos a Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o Art. 1º, §§ 2º e 3º:

As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nas referências:

I – à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

- a) O Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;
- b) As respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II – a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III – a Tribunais de Contas estão incluídos/ O Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município (BRASIL, 2000, p. 01).

Segundo Nascimento e Debus (2000) a LRF tem como finalidade estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, como explicitado em seu artigo 1º:

[...] o parágrafo primeiro desse mesmo artigo procura definir o que se entende como "responsabilidade na gestão fiscal", estabelecendo os seguintes postulados: ¾ ação planejada e transparente; ¾ prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas; ¾ garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar; Diversos pontos da LRF enfatizam a ação planejada e transparente na administração pública. Ação planejada nada mais é do que aquela baseada

em planos previamente traçados e, no caso do serviço público, sujeitos à apreciação e aprovação da instância legislativa, garantindo-lhes a necessária legitimidade, característica do regime democrático de governo (NASCIMENTO; DEBUS, 2000, p. 10).

A partir do que foi apresentado acima, observa-se que os órgãos e repartições sujeitos a Lei de Responsabilidade não são poucos, e todos os envolvidos têm extrema importância na manutenção da qualidade com uso dos recursos públicos.

Gerigk; Clemente (2012), comenta que a LRF enfatiza o planejamento nos entes públicos, fortalecendo os instrumentos estabelecidos pela CF/1988 para esta finalidade. Seu enfoque recai sobre o desenvolvimento das atividades financeiras, quando estabelece a necessidade das administrações públicas realizarem: previsão antecipada de suas receitas que darão suporte às despesas a serem consignadas no orçamento público; programação financeira estabelecendo metas de arrecadação das receitas orçadas e cronograma de desembolso para as despesas orçamentárias, mantendo o equilíbrio entre receitas e despesas; estabelecimento de metas de resultados entre as receitas e as despesas públicas por meio do resultado primário; definição de metas de resultados para o endividamento público por intermédio do resultado nominal; e, previsão nos instrumentos de planejamento de margem de expansão para as despesas públicas consideradas de caráter obrigatório e continuadas.

2.8 Transparência na administração pública

A transparência das decisões dos governantes, como também a avaliação de políticas e programas sociais é a questão central que permite a mensuração da eficiência, da eficácia e da efetividade dos gastos públicos. Verifica-se que a relevância da saúde e educação no aperfeiçoamento da população e a necessidade do controle social e fiscalização dos orçamentos públicos (SOUZA et al., 2013).

A ampla divulgação das informações contábeis é um princípio da transparência na administração pública e impõe ampla divulgação, mesmo em meios eletrônicos de acesso público, como a *Internet*. Trata-se de mais um meio de divulgação de informação das contas públicas aos diversos usuários, se tratando assim de um importante elemento para aumentar a publicidade das ações governamentais e uma ferramenta democrática de capacitação política da sociedade (COELHO; CRUZ; PLATT NETO, 2011).

Cruz et al. (2012), dizem que a transparência objetiva garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores, quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e divulgação de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas.

Com base em Cruz; Ferreira (2008), a transparência na evidenciação das ações do governo municipal pode ser obtida por meio de algumas iniciativas, como, por exemplo: o incentivo à participação da sociedade local na definição dessas ações; a criação de mecanismos de acompanhamento das ações que foram priorizadas; e a elaboração de uma prestação de contas condizente com o que foi planejado, numa linguagem que permita sua compreensão pelos agentes responsáveis por seu acompanhamento.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação Metodológica da Pesquisa

A pesquisa deste trabalho pode ser classificada como exploratória e descritiva, já que se fez necessários vários estudos com relação ao tema estudado, com o intuito de evidenciar de forma transparente a análise da avaliação da alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de municípios paraibanos.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental (GIL, 2009). É bibliográfica porque reflete a contribuição de diferentes autores sobre determinados temas, em pesquisas anteriores, e trata em sua fundamentação teórica de assuntos sobre: Administração Pública, Gestão de Finanças Públicas municipais, Receita e Despesa e Orçamento Público e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Vergara (2014), explica que a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Já para a pesquisa descritiva, Gil (2010) explica que tem por finalidade direcionar aspectos voltados para o contexto prático. Com base em tal afirmação o referido estudo pretende avaliar a alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de municípios paraibanos, já mencionados anteriormente.

Apresenta abordagem quantitativa, visto que o procedimento para se chegar aos resultados foram realizados por meio de técnicas estatísticas (medidas de estatística descritiva: média, valor mínimo e valor máximo). Tais medidas foram adotadas para padronizar os dados, uma vez que se fez o uso da mesma metodologia adotada por Sepúlveda (2005), Waquil et al. (2007), Martins e Cândido (2010), Carvalho et al. (2015), conforme descrito na etapa de coleta e estruturação dos dados.

3.2 Universo e amostra da pesquisa

A microrregião selecionada é a Microrregião de Sousa que é composta por uma população estimada em 2015 pelo IBGE em 188.370 habitantes e está dividida em dezessete municípios, dos quais será estudado quatorze municípios, verificando-se na tabela 1 as cidades da microrregião de Sousa com população de até 10.000 habitantes e a quantidade estimada da população até o ano de 2015, de acordo com os dados publicados no portal do IBGE-2015.

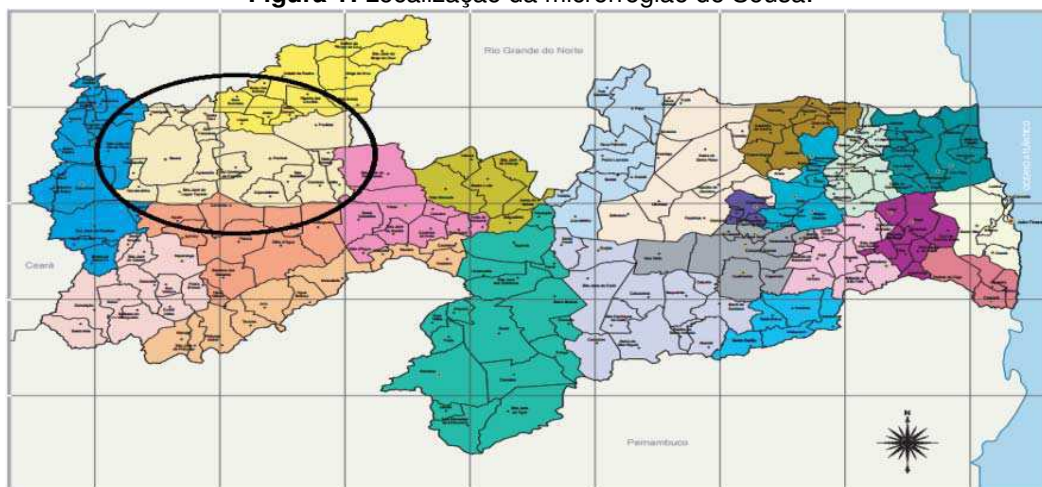
Tabela 1: Microrregião de Sousa/PB

Município com até 10.000 habitantes	População estimada de 2011 à 2015
Aparecida	8.263
Cajazeirinhas	3.165
Condado	6.733
Lastro	2.765
Malta	5.672
Marizópolis	6.522
Nazarezinho	7.318
Santa Cruz	6.579
São Bentinho	4.451
São Domingos de Pombal	3.061
São Francisco	3.375
São José da Lagoa Tapada	7.677
Vieirópolis	5.295
Vista Serrana	3.744

Fonte: IBGE (2015).

Essa região foi escolhida por apresentar grande valor econômico no Sertão do Estado da Paraíba e possivelmente necessita de estratégias na administração pública, gestão dos municípios, para melhorar sua arrecadação de receitas, sejam elas receitas próprias ou receitas de transferências, alocação das despesas, visando o crescimento positivo e diminuir os efeitos da disparidade econômica, social e ambiental (NOBREGA; CARVALHO, 2015).

Figura 1: Localização da microrregião de Sousa.



Fonte: www.aesa.pb.gov.br (2017).

Na figura 2 evidencia o mapa do Estado da Paraíba, sendo destacada com o círculo a área na qual se encontra a microrregião de Sousa com dezessete municípios, no entanto será ressaltado neste trabalho os municípios com população de até 10.000 habitantes, fato esse já mencionado anteriormente.

3.3 Coletas de dados e indicadores do modelo

Para a realização deste trabalho foram coletados os dados referente as receitas e despesas orçamentárias dos 14(quatorze) municípios citados, dados estes coletados no portal do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (SAGRES ON-LINE, 2017) onde os mesmos encontram-se disponível de modo transparente, neste site, é possível coletar dados não somente das receitas e despesas das gestões públicas municipais e estadual, mas também disponibilidades de caixa, licitações, obras.

Quanto a população, a fim de evidenciar o total de habitantes por cada cidade (municípios) da microrregião de Sousa/PB, os dados foram coletados na fonte IBGE. Neste caso, com a finalidade de ajustar os indicadores aos parâmetros de análise do modelo, padronizando as variáveis distintas, evitando com isso que a análise fosse feita com base nos municípios com maior arrecadação e alocação de despesas.

Quadro 3: Dimensão Econômica (Arrecadação de recursos): indicador, fórmula, objetivo, relação/fonte.

Indicador	Fórmula	Objetivo	Relação/Fonte
DIMENSÃO E CONOMICO (Arrecadação de Recursos)			
Receita corrente per capita	$RCP \text{ per capita} = \frac{\text{Receita Corrente Total}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade da gestão de arrecadar as receitas destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção das atividades governamentais.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/
Receita tributária total arrecadada per capita	$RTA \text{ per capita} = \frac{\text{Receita Tributária (receita corrente) Arrecada}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade do gestor na arrecadação de tributos – impostos, taxas e contribuições de melhorias.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/
Receita patrimonial per capita	$\text{Receita patrimonial per capita} = \frac{\text{Total da receita patrimonial}}{\text{População total do município}}$	Avaliar o recurso arrecadado por meio da utilização do patrimônio público	Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/
Receita total de serviço per capita	$\text{Receita total de serviços per capita} = \frac{\text{Receita total de serviços arrecadada}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade de arrecadação total da administração pública caracterizadas pelas prestações de serviços financeiros, transporte, saúde, comunicação, portuário, armazenagem, de inspeção e fiscalização, judiciário, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes a atividades da entidade, entre outros.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/
Receitas de transferências diversas (FPM-ICMS-FUNDEB-DIDE-SNA e etc.) per capita	$\text{Receitas de transferências diversas (FPM-ICMS-FUNDEB-DIDE-SNA e etc.) per capita} = \frac{\text{FPM arrecadado}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade de captação de transferências constitucionais da União	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/
Receita total arrecadada per capita	$\text{Receita total arrecada per capita} = \frac{\text{Total da receita patrimonial}}{\text{População total do município}}$	Avaliar o recurso total arrecadado pelo município para manter financiar as despesas públicas.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br/

Fonte: www.sagres.tce.pb.gov.br (2017).

Quadro 4: Dimensão Social (Alocação de Recursos sociais): indicador, fórmula, objetivo, relação/fonte.

Indicador	Fórmula	Objetivo	Relação/Fonte
DIMENSÃO SOCIAL (Alocação e Recursos Sociais)			
IDH-M	O índice, considerado aqui como indicador, varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total)	Esse indicador apresenta sua relevância, visto que fornece um retrato do nível de desenvolvimento através de aspectos de educação, longevidade e renda.	Fonte: IBGE Banco de dados @cidades, seleciona o município.
Gastos em saúde per capita	$\text{Gastos em saúde per capita} = \frac{\text{Total gasto em saúde}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos per capita com saúde no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br
Gastos em educação per capita	$\text{Gastos em educação per capita} = \frac{\text{Total gasto em educação}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos per capita com educação no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br
Gastos em transporte per capita	$\text{Gastos em transporte per capita} = \frac{\text{Total gasto em transporte}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos per capita com transporte no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br
Gastos em segurança per capita	$\text{Gastos em segurança per capita} = \frac{\text{Total gasto em segurança}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos per capita com segurança no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br
Gastos em assistência social per capita	$\text{Gastos em assistência social per capita} = \frac{\text{Total gasto em assistência social}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos per capita com assistência social no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br
Gastos em habitação per capita	$\text{Gastos em habitação per capita} = \frac{\text{Total gasto em habitação}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos per capita com habitação no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br
Gastos em cultura, Desporto e Lazer per capita	$\text{Gastos em cultura per capita} = \frac{\text{Total gasto em cultura}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos per capita com cultura desporto e lazer no município.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: http://sagres.tce.pb.gov.br

Fonte: www.sagres.tce.pb.gov.br (2017)

3.4 Estrutura dos dados

Os dados coletados, foram analisados por meio de índices dos quais possibilitaram a agregação nas respectivas dimensões aqui informadas, visando com isso, uma medida de avaliação denominada índice de Performance Da Gestão Pública (IPGPM).

Verificou-se que as variáveis estudadas apresentam diferentes unidades de medida, ou seja, variáveis distintas, fazendo com que fossem utilizadas unidades reunidas a partir das relações positivas (quanto maior, o indicador melhor seria o desenvolvimento dos municípios com relação à variável), neste estudo foi estudada a relação positiva do município.

Com base na percepção desses autores, entende-se que a transformação, ou seja, a padronização dessas variáveis possibilita encontrar um índice parcial, considerando o tipo de relação que cada variável apresenta e sua relevância na gestão pública dos municípios estudados. Portanto, conforme o comportamento da variável, a análise pode favorecer ou desfavorecer o desempenho da gestão.

Foram coletadas 13 indicadores de gestão pública que estivessem agraciadas nas dimensões econômicas e sócias. Na sequência, após a coleta dos dados em seus valores globais ocorre o cálculo per capita de cada um, dividindo a população total estimada de cada município pelo total apresentado por cada uma das variáveis, o IDH-M foi a única variável a não passar por esse processo. Vencida esta etapa aplicou-se a fórmula apresentada no quadro abaixo, conforme relação positiva ou negativa da variável, tendo por finalidade padronizar as informações e encontrar a *performance* por indicador. A sistematização metodológica foi feita seguindo as seguintes fórmulas ou equações (apresentadas abaixo):

Figura 2: Relação positiva e negativa

RELAÇÃO POSITIVA	RELAÇÃO NEGATIVA
$I = \frac{X - m}{M - m}$	$I = \frac{M - x}{M - m}$
<p>Onde: I = índice calculado referente a cada variável, para cada município analisado; X= valor observado de cada variável em cada município analisado; m= valor mínimo considerado; M= valor máximo considerado.</p>	

Fonte: Martins; Candido (2008); Sepúlveda (2005); Waquil et al. (2007); Carvalho et al. (2015) para a pesquisa de 2017.

De acordo com as propostas metodológicas apresentadas por Sepúlveda (2005); Waquil et al. (2007); Martins; Cândido (2008), quando as variáveis são escolhidas, deve-se definir o tipo de relação que cada uma delas tem com a temática que se pretende investigar, no caso avaliação da alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de

municípios paraibanos. Nesse sentido, para cada variável é necessário identificar se ela mede uma situação em que, ao aumentar seu valor, favoreceu ou desfavoreceu a avaliação. Assim, existe uma relação positiva se um aumento no valor da variável resulta em melhoria do sistema.

Compreende-se que os índices que obtiveram resultado entre 0,0000 a 0,2501 foram representados pela cor vermelha, sendo classificados segundo seu desempenho como indicador crítico; já os índices que ficaram entre 0,2501 à 0,5000 foram representados pela cor laranja e classificados segundo o desempenho como um indicador em alerta; enquanto que os índices entre 0,5001 a 0,7500 foram representados pela cor verde claro e classificados quanto ao desempenho como aceitável; e os índices entre 0,7501 e 1,000 representado pela cor verde escuro foram classificados como melhor desempenho.

Tabela 2: Classificação dos indicadores de gestão pública

Níveis de Desempenho Índice (0 - 1)	Performance
0,7501 - 1,000	Ideal
0,5001 - 0,7500	Aceitável
0,2501 - 0,5000	Alerta
0,0000 - 0,2500	Crítica

Fonte: Adaptação para a pesquisa (2017).

A seguir serão expostos os resultados do estudo com as respectivas análises sobre alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de municípios paraibanos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa, serão apresentados os resultados obtidos por meio da análise dos dados coletados no portal do SAGRES, referente às 14 cidades que compõem a microrregião do município de Sousa-PB, cujo objetivo consistiu em analisar a alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de municípios paraibanos, quanto aos indicadores financeiros e sócias, tendo como base os exercícios de 2011 à 2015, visto que, o período de 2016 não se encontrava a disposição no SAGRES.

Na tabela 3, estão evidenciados os resultados relacionados à dimensão econômica (arrecadação dos recursos) de cada município, das quais se inclui receitas correntes, tributárias, patrimonial, de serviços, transferências correntes e receita total arrecadadas. Verifica-se que do quatorze municípios estudados, em média feita durante o período de 2011 à 2015 oito cidades estão em situação crítica destacando-se as com menores índices: Condado (0,06), Santa Cruz (0,11), Nazarezinho (0,14) e São José da Lagoa Tapada (0,14). Podemos destacar três cidades que se encontram em estado de alerta, sendo elas: São Betinho (0,30), Vista Serrana (0,41) e Cajazeirinhas (0,44); Apenas três apresentaram situação aceitável, Lastro, São domingos de Pombal e São Francisco, todas com índices semelhantes.

É importante salientar que dentre os quatorze municípios estudados nenhum apresentou situação ideal, talvez uma das causas desta situação apresentada seja a grande dependência financeira nas receitas de transferências (FPM, ICMS, ITR, FUNDEB, FEP, FUS..), tributárias, patrimonial e serviços, sendo a última de responsabilidade do próprio município, no entanto, a cobrança desta receita que poderia proporcionar uma certa autonomia para os municípios praticamente não existe, em média dos quatorze municípios estudados a penas três arrecadam esta receita.

Tabela 3: Desempenho Municipal em Relação à Arrecadação das Receitas 2011 a 2012 (Parcial).

Municípios	ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS					2011 a 2015		Situação (Desempenho)
	2011	2012	2013	2014	2015	Soma	Índice Geral de Arrecadação das Receitas	
Aparecida	0,04	0,27	0,27	0,19	0,26	1,01	0,20	<i>Crítica</i>
Cajazeirinhas	0,51	0,47	0,40	0,44	0,37	2,19	0,44	<i>Alerta</i>
Condado	0,05	0,02	0,04	0,09	0,10	0,29	0,08	<i>Crítica</i>
Lastro	0,56	0,62	0,68	0,69	0,63	3,19	0,64	<i>Aceitável</i>
Malta	0,18	0,11	0,23	0,20	0,30	1,02	0,20	<i>Crítica</i>
Marizópolis	0,23	0,25	0,21	0,15	0,13	0,97	0,19	<i>Crítica</i>
Nazarezinho	0,19	0,14	0,21	0,11	0,03	0,68	0,14	<i>Crítica</i>
Santa Cruz	0,04	0,12	0,11	0,14	0,13	0,54	0,11	<i>Crítica</i>
São Bento	0,45	0,32	0,37	0,21	0,15	1,50	0,30	<i>Alerta</i>
São Domingos de Pombal	0,72	0,66	0,59	0,52	0,53	3,01	0,60	<i>Aceitável</i>
São Francisco	0,44	0,60	0,55	0,66	0,51	2,76	0,55	<i>Aceitável</i>
São José da Lagoa Tapada	0,09	0,16	0,08	0,13	0,23	0,69	0,14	<i>Crítica</i>
Vieirópolis	0,22	0,18	0,20	0,18	0,13	0,92	0,18	<i>Crítica</i>
Vista Serrana	0,31	0,42	0,38	0,44	0,52	2,07	0,41	<i>Alerta</i>

Fonte: Elaboração Própria (2017).

As despesas públicas podem ser definidas como os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; a satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda a restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações, etc. Ou seja, as despesas públicas conferem a distribuição e ao emprego de receitas para o custeio de diferentes setores da Administração e para os investimentos (KOHAMA, 2010).

O gestor público é tão somente, o administrador responsável pelo recebimento das receitas e alocação dos recursos públicos para o desenvolvimento do município e sua população, visando a melhoria na qualidade de vida.

Observa-se na tabela 4, os resultados relacionados ao desempenho dos indicadores de dimensão social, que envolve os setores da educação, cultura, transporte, saúde, assistência social e segurança. No qual foi possível analisar cada município de forma comparativa com os demais.

Tabela 4: Desempenho Municipal em Relação à Alocação das Despesas 2011 a 2015 (Parcial).

Tabela – Desempenho Municipal em Relação a Alocação das Despesas 2011 a 2015 (Parcial)

ALOCAÇÃO DE DESPESA	2011	2012	2013	2014	2015	2011 a 2015		Situação (Desempenho)
Municípios	Índice Parcial de Alocação de despesa	Índice Parcial de Alocação de despesa	Índice Parcial de Alocação de despesa	Índice Parcial de Alocação de despesa	Índice Parcial de Alocação de despesa	Soma	Índice Geral de Alocação das Despesas	
Aparecida	0,13	0,09	0,10	0,11	0,24	0,67	0,13	<i>Crítica</i>
Cajazeirinhas	0,62	0,39	0,53	0,46	0,42	2,42	0,48	<i>Alerta</i>
Condado	0,17	0,14	0,12	0,16	0,17	0,77	0,15	<i>Crítica</i>
Lastro	0,63	0,51	0,41	0,48	0,53	2,56	0,51	<i>Aceitável</i>
Malta	0,24	0,19	0,17	0,25	0,24	1,09	0,22	<i>Crítica</i>
Marizópolis	0,25	0,28	0,36	0,42	0,23	1,54	0,31	<i>Alerta</i>
Nazarezinho	0,11	0,15	0,10	0,15	0,17	0,69	0,14	<i>Crítica</i>
Santa Cruz	0,25	0,25	0,19	0,24	0,26	1,20	0,24	<i>Crítica</i>
São Bentinho	0,28	0,42	0,24	0,23	0,25	1,43	0,29	<i>Alerta</i>
São Domingos de Pombal	0,45	0,41	0,54	0,38	0,41	2,19	0,44	<i>Alerta</i>
São Francisco	0,43	0,35	0,48	0,50	0,44	2,21	0,44	<i>Alerta</i>
São José da Lagoa Tapada	0,19	0,17	0,24	0,17	0,16	0,92	0,18	<i>Crítica</i>
Vieirópolis	0,23	0,15	0,18	0,17	0,18	0,92	0,18	<i>Crítica</i>
Vista Serrana	0,27	0,26	0,30	0,25	0,28	1,37	0,27	<i>Alerta</i>

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Nesse sentido, verifica-se que das 14 cidades, 8 encontram-se em situação crítica, sendo elas: Cajazeirinhas (0,13), Santa Cruz (0,14), Lastro (0,15), Vieirópolis e Vista Serrana apresentam o mesmo índice (0,18), Aparecida (0,20), Marizópolis (0,22) e São Betinho (0,24). Já os municípios em situação de alerta aumentaram, ocorreu uma mudança de modo negativo, ficaram nesta situação: São domingos de Pombal (0,29), Nazarezinho (0,31), São Francisco e São José da lagoa Tapada(0,44) e Condado (0,48). Malta foi o Único município que apresentou uma situação aceitável. Nenhum município apresentou situação ideal, com isso fica evidente a necessidade de inovar, buscando estratégias para que os gestores administrem seus municípios com eficácia.

Esse resultado mostra que nenhum dos municípios teve gasto aceitável na dimensão social, contribuindo assim para uma situação crítica na média geral. Sabe-se que essa dimensão envolve gastos principalmente com a saúde, educação, transporte e segurança. Com isso, questiona-se aos gestores desses municípios: o que estão fazendo com o dinheiro público destinado a tais categorias?

Administrar é o ato de gerir os recursos públicos, não só prestar serviço. Já a Administração Pública tem como finalidade garantir o funcionamento de todos os serviços públicos, a fim de satisfazer as necessidades inerentes à sociedade, promovendo o desenvolvimento econômico e social da população (MARTINS; COELHO; ALMEIDA, 2012).

Nesse entendimento, significa que os gestores não estão comprometidos com seus municípios, que muitas ações destinadas a assegurar direitos e serviços básicos a população deixam de ser executados, a exemplo: a deficiência na alocação de recursos para a segurança pública praticamente são esquecidos, dos quatorze municípios a penas dois fizeram tal investimento, nos dias atuais, com a crescente violência será que investir em segurança pública é irrelevante.

Tabela 5: Arrecadação das Receitas X alocação das Despesas 2011 a 2015 (Parcial).

Tabela – Desempenho Municipal Global (Arrecadação das Receitas x Alocação das Despesas) 2011 a 2015

	Índice Geral de Arrecadação das Receitas	Índice Geral de Alocação das Despesas
Aparecida	0,20	0,04
Cajazeirinhas	0,44	0,09
Condado	0,06	0,01
Lastro	0,64	0,13
Malta	0,20	0,04
Marizópolis	0,19	0,04
Nazarezinho	0,14	0,05
Santa Cruz	0,11	0,02
São Bento	0,30	0,06
São Domingos de Pombal	0,60	0,12
São Francisco	0,55	0,11
São José de Lagoa Tapada	0,14	0,05
Vieirópolis	0,18	0,04
Vista Serrana	0,41	0,08

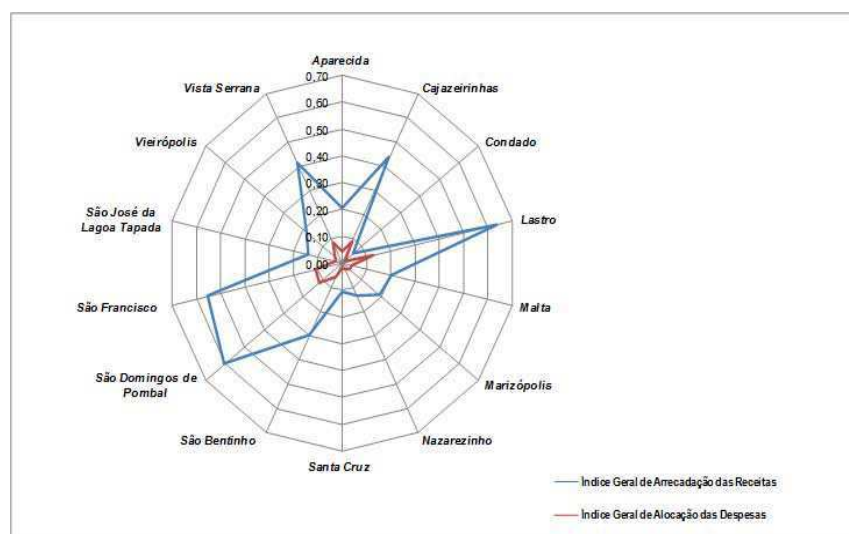
Fonte: Elaboração própria, 2017.

Na média geral dos municípios, de acordo com os indicadores de gestão pública, conforme evidenciado na tabela 5, observando essa média de forma individual, no indicador econômico verifica-se que somente 3 cidades tiveram média geral aceitável: Lastro (0,64), São Domingos de Pombal (0,60); e São Francisco (0,55). Ainda em observância a tabela 5, no indicador social todos os quatorze municípios apresentaram estado de alerta. Ao analisar a arrecadação dos recursos e sua alocação, ficaram evidentes a ausência de estratégias para gerenciar os municípios, pois conforme evidenciado, os municípios que tiveram situação aceitável no indicador econômico, encontram-se em estado de alerta no indicador social.

O presente trabalho tinha como objetivo a avaliação da alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de municípios paraibanos, aqueles que possuem uma população de até 10.000hbs, o resultado foi preocupante, pois conforme o cruzamento dos resultados receita x despesas, vimos que do que foi arrecadado em média a penas 20% é alocado nas despesas sociais.

No intuito de resumir os resultados obtidos nessa análise, encontram-se especificadas no gráfico 1 o desempenho por dimensão econômica e social dos respectivos municípios, via biograma, que se denomina Índice de Performance da Gestão Pública Municipal (IPGPM).

Gráfico 1: O desempenho por dimensão econômica e social dos respectivos municípios.



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Observa-se de um modo geral que os municípios, de acordo com os indicadores de gestão pública, no indicador econômico verifica-se que somente 3 cidades tiveram média geral aceitável: Lastro, São Domingos de Pombal; e São Francisco, já no indicador social todos os quatorze municípios apresentaram estado de alerta.

É notório, que a maioria dos municípios está precisando de uma reformulação de estratégias a fim de melhorar o estado crítico dos quais se encontram a dimensão econômica, visto que este é o setor responsável pelos demais setores da gestão pública, e também para melhor alocarem seu recursos visando o crescimento e melhor qualidade de vida da população. Não é possível dizer que todos os problemas na dimensão seja a insuficiência de recursos e sim que eles veem de uma alocação não planejada ou comprometida com a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração pública vem sendo alvo de muitos estudos na atualidade, existe um grande interesse tanto dos pesquisadores, quanto da população em saber quais as receitas arrecadadas no município e como elas estão sendo gastas. Esse estudo teve como objetivo a coleta de dados na dimensão econômica e social visando a avaliação da alocação dos recursos públicos sociais face ao desenvolvimento local de municípios paraibanos, na microrregião de Sousa/PB com até 10.000hhts. Foram investigados 14 municípios que compõem a microrregião: Aparecida, Cajazeirinhas, Condado, Lastro, Malta, Marizópolis, Nazarezinho, Santa Cruz, São Bentinho, São Domingos de Pombal, São Francisco, São José da Lagoa Tapada, Vieirópolis e Vista Serrana.

A dimensão econômica de modo geral apresenta situação de alerta, apenas os municípios Lastro, São Domingos de Pombal e São Francisco tiveram um resultado classificado como aceitável. No entanto, estes mesmos municípios quando analisados na dimensão social apresentaram situações críticas, verifica-se que a maioria desses municípios precisa rever seus planejamentos, inovar o modo de administrar o município para poder proporcionar o equilíbrio financeiro por meio de resultados positivos que garantam a sua população os serviços necessários para o bem estar e a qualidade de vida.

Na dimensão social a microrregião de Sousa-PB, todos os municípios se encontram em estado crítico, demonstrando que muito ainda precisa “pensado”, discutido e implantando nas localidades dos municípios paraibanos da região estudada no intuito de melhorar a qualidade de vida dos munícipes, especialmente daqueles que não tem oportunidade e acesso a escola, saúde e educação. Esse é um resultado que deve preocupar não só os gestores municipais, mas a sociedade em geral, já que os fatores sociais são direcionados aos serviços que a população tem por lei de direito, dos quais se tornam indispensáveis para a comunidade como: saúde, educação, moradia, transporte e segurança. Que se tornam obrigações dos gestores proporcionar para os cidadãos melhorias em relação à alocação de seus recursos para tender as várias demandas sociais existentes.

Conclui-se com base nos resultados que na média geral desses 14 municípios, 11 encontra-se em estado de alerta. Tal situação, evidenciada anteriormente, demonstrar a falta de estratégias no gerenciamento dos municípios, os gestores estão muito voltados a

arrecadação de receitas de transferências, não demonstrando nenhum planejamento quanto a arrecadação de receita de serviços, a transparência pública é um grande aliado da população, com a exposição das receitas orçamentárias e como as mesmas estão sendo alocadas, a população pode fiscalizar e cobrar seus gestores. É preciso com urgência, inovar na forma de administrar, planejar é a solução para que haja mudanças significativas na gestão pública proporcionando desenvolvimento e melhor qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ABREU, Welles Matias de; GOMES, Ricardo Corrêa. O orçamento público brasileiro e a perspectiva emancipatória: existem evidências empíricas que sustentam esta aproximação?. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, mar.-abr., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122013000200011&script=sci_arttext>.

ALMEIDA, Valdeme Daniel Rosa. **Autonomia financeira das agências reguladoras**: um comparativo entre receitas e despesas. 2014. 35p. Monografia [Graduação]. Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12105/1/2014_ValdemeDanielRosaAlmeida.pdf>.

ALVES NETO, José. **Princípios orçamentários**: uma análise no contexto das constituições e de Leis Orçamentárias Federais. 2006. 58p. Monografia [Graduação]. Tribunal de Contas da União. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055130.PDF>>.

AMARAL, Helena Kerr do. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 549-563, out/dez, 2006. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/211/216>>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas públicas**: manual de procedimentos : aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2004.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Subchefia para assuntos Jurídicos, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>.

CARVALHO, J. R.; CÂNDIDO, G. A.; CURI, W. F.; ARAUJO, E. K. M. Análise da sustentabilidade hidroambiental de municípios da região da sub-bacia do Alto Piranhas, PB. **Revista Holos**, ano 31, v.6, 2015.

COELHO, Mary Cristine; CRUZ, Flávio da; PLATT NETO, Orion Augusto. A Informação Contábil como Ferramenta de Auxílio no Exercício do Controle Social. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 163-184, jul./set., 2011.

COURA, José Eduardo Lacerda. **Indicadores de Gestão Pública**: Uma Análise nos Maiores Municípios do Estado da Paraíba. 2016. Monografia [Graduação]. 107p. Universidade Federal de Campina Grande. Sousa, 2016.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-76, jan./fev., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a08>>.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Transparência na elaboração, execução e prestação de contas do orçamento municipal: um estudo em um município brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5543/4031>>.

GAMA, Janyluce Rezende; DUQUE, Claudio Gottschalg; ALMEIDA, José Elias Feres de. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias *top-down* e *bottom-up*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 48, n. 1, p. 183-206, jan./fev., 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/16069/14896>>.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir. Gestão financeira dos municípios brasileiros de porte médio. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 34-59, jan. /mar., 2012. Disponível em: <<http://fumeec.br/revistas/pretexto/article/view/1030/740>>.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês. O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios: o caso do Paraná. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 4, n. 3, art. 3, p. 44-69, set/dez., 2010. Disponível em: <<http://repec.org.br/index.php/repec/article/view/251/89>>.

_____. O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira municipal: um estudo com os municípios do Paraná. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Campo Largo, v. 10, n. 1, p. 64-83, maio, 2011.

JOSÉ FILHO, Antônio. A importância do controle interno na administração pública. **Diversa**, ano 1, n. 1, p. 85-99, jan./jun. 2008.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRONBAUER, Clóvis Antônio; KRÜGER, Gustavo Pires; OTT, Ernani; NASCIMENTO, Cléber José. Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 12, p. 48-71, 2011.

MARTINS, Douglas da Silva; COELHO, Fabrício Boechat; ALMEIDA, Fernanda Matos de Moura. **A Importância da Implantação do Portal de Transparência Pública na Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto/ES**. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei complementar nº 101/2000: Entendendo a Lei da Responsabilidade Fiscal**. Tesouro Nacional. 2000. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/arquivos-economia-servicos/entendendo-a-lei-de-responsabilidade-fiscal>>.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE**, v. 45, n. 1, jan./mar., 2005.

RIBEIRO, Livia Maria de Pádua; PEREIRA, José Roberto; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **As Reformas da Administração Pública Brasileira: Uma Contextualização do seu Cenário, dos Entraves e das Novas Perspectivas**. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, set., 2013. Disponível em: <<http://200.144.182.143/escolausp/wp->

content/uploads/2015/05/Reformas-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-ANPAD-2013.pdf>.

SANTOS, Clydemberg Barbosa; ALMEIDA, Karla Katiuscia Nóbrega. Análise Introdutória das Mudanças Provocadas na Contabilidade Pública pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p.21-38, jan-abr., 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/40/pdf>>.

SILVA, Maurício Corrêa da; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; BORGES, Erivan Ferreira; OLIVEIRA, Araújo, Aneide Oliveira; SILVA, José Dionísio Gomes da. Avaliação da função educação nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: mudança ou inércia social? **Contexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 29, p. 17-29, jan./abr., 2015.

SILVA JÚNIOR, Jocelino Mendes da. **A implementação da Lei Complementar nº 131/2009 (lei da transparência) pelos estados do norte do Brasil**: uma análise da sua eficácia como instrumento de controle social e de cidadania. 2010. 62p. Monografia [Graduação]. Universidade Anhanguera-Uniderp. Tocantins, 2010.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, Maurélio; SCARPIN, Jorge Eduardo. A convergência da contabilidade pública nacional às normas internacionais e os impactos na aplicação da DRE na administração direta. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 9, n. 27, p. 25-42, ago./nov., 2010.

SOUZA, Fabia Jaiany Viana de; MELO, Mariana Medeiros Dantas de; ARAÚJO, Aneide Oliveira; SILVA, Maurício Corrêa da. Alocação de Recursos Públicos Destinados a Assistência Hospitalar e Ensino Fundamental nas Capitais Brasileiras. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, jan./abr., p. 21-43, 2013.

SOUZA, Fabia Jaiany Viana de; BARROS, Célio da Costa. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados a assistência hospitalar nos estados brasileiros. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 71-89, jan/abr., 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/84/201>>.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 2, abr-jun., 2000. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/325/331>>.

APÊNDICES

APÊNDICES A: Indicadores de arrecadação das receitas 2011 a 2015 normalizados

INDICADORES DE ARRECADAÇÃO - 2011								Soma	Ranking parcial de Arrecadação
Municípios	Indicador receita corrente per capita normalizada	Indicador Receita Tributária per capita	Indicador Receita Patrimonial Per capita	Indicador Receita de serviço Per capita	Indicador FPM-ICMS FUNDEB-etc. Per Capita	Indicador Outras Receita Per Capita			
Aparecida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,22	0,04	
Cajazeirinhas	0,88	0,47	0,79	0,00	0,89	0,05	3,08	0,51	
Condado	0,09	0,02	0,08	0,00	0,09	0,02	0,30	0,05	
Lastro	1,00	1,00	0,34	0,00	1,00	0,04	3,38	0,56	
Malta	0,16	0,25	0,06	0,00	0,15	0,46	1,08	0,18	
Marizópolis	0,28	0,14	0,17	0,00	0,29	0,47	1,36	0,23	
Nazarezinho	0,07	0,21	0,49	0,00	0,06	0,31	1,13	0,19	
Santa Cruz	0,07	0,06	0,00	0,00	0,07	0,05	0,25	0,04	
São Bentinho	0,48	0,30	0,43	0,00	0,48	1,00	2,68	0,45	
São Domingos de Pombal	0,87	0,45	1,00	1,00	0,86	0,11	4,29	0,72	
São Francisco	0,67	0,40	0,60	0,02	0,68	0,26	2,63	0,44	
São José da Lagoa Tapada	0,02	0,27	0,21	0,00	0,01	0,01	0,51	0,09	
Vieirópolis	0,25	0,10	0,71	0,03	0,25	0,00	1,34	0,22	
Vista Serrana	0,50	0,31	0,33	0,00	0,50	0,21	1,86	0,31	
Número de indicadores	6								

INDICADORES DE ARRECADAÇÃO - 2012								Soma	Ranking parcial de Arrecadação
Municípios	Indicador receita corrente per capita normalizada	Indicador Receita Tributária per capita	Indicador Receita Patrimonial Per capita	Indicador Receita de serviço Per capita	Indicador FPM-ICMS FUNDEB-etc. Per Capita	Indicador Outras Receita Per Capita			
Aparecida	0,03	0,43	0,10	0,00	0,02	1,00	1,59	0,27	
Cajazeirinhas	0,93	0,45	0,45	0,00	0,95	0,05	2,83	0,47	
Condado	0,06	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	0,12	0,02	
Lastro	1,00	0,75	0,16	0,00	1,00	0,81	3,72	0,62	
Malta	0,16	0,18	0,03	0,00	0,17	0,13	0,66	0,11	
Marizópolis	0,34	0,08	0,14	0,00	0,35	0,57	1,48	0,25	
Nazarezinho	0,07	0,27	0,34	0,00	0,07	0,10	0,87	0,14	
Santa Cruz	0,11	0,05	0,09	0,00	0,12	0,32	0,69	0,12	
São Bentinho	0,40	0,50	0,04	0,04	0,39	0,98	1,95	0,32	
São Domingos de Pombal	0,91	1,00	1,00	0,00	0,90	0,15	3,96	0,66	
São Francisco	0,67	0,34	0,46	1,00	0,67	0,46	3,61	0,60	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,09	0,30	0,00	0,00	0,56	0,95	0,16	
Vieirópolis	0,24	0,12	0,19	0,26	0,25	0,00	1,06	0,18	
Vista Serrana	0,53	0,44	0,97	0,00	0,53	0,04	2,50	0,42	

INDICADORES DE ARRECADAÇÃO - 2013								Soma	Ranking parcial de Arrecadação
Municípios	Indicador receita corrente per capita normalizada	Indicador Receita Tributária per capita	Indicador Receita Patrimonial Per capita	Indicador Receita de serviço Per capita	Indicador FPM-ICMS FUNDEB-etc. Per Capita	Indicador Outras Receita Per Capita			
Aparecida	0,05	1,00	0,04	0,44	0,03	0,03	1,59	0,27	
Cajazeirinhas	0,90	0,24	0,29	0,00	0,93	0,01	2,38	0,40	
Condado	0,08	0,00	0,00	0,00	0,10	0,05	0,23	0,04	
Lastro	1,00	0,58	0,51	0,00	1,00	1,00	4,10	0,68	
Malta	0,19	0,36	0,14	0,00	0,18	0,50	1,38	0,23	
Marizópolis	0,19	0,38	0,06	0,00	0,18	0,47	1,27	0,21	
Nazarezinho	0,07	0,23	0,24	0,00	0,06	0,65	1,26	0,21	
Santa Cruz	0,10	0,14	0,16	0,00	0,10	0,19	0,69	0,11	
São Bentinho	0,43	0,37	0,28	0,00	0,43	0,71	2,22	0,37	
São Domingos de Pombal	0,88	0,76	1,00	0,00	0,88	0,01	3,53	0,59	
São Francisco	0,66	0,40	0,51	0,99	0,68	0,04	3,29	0,55	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,17	0,11	0,00	0,03	0,20	0,50	0,08	
Vieirópolis	0,26	0,46	0,23	0,00	0,27	0,00	1,23	0,20	
Vista Serrana	0,56	0,73	0,38	0,00	0,56	0,07	2,30	0,38	

INDICADORES DE ARRECADAÇÃO - 2014								Soma	Ranking parcial de Arrecadação
Municípios	Indicador receita corrente per capita normalizada	Indicador Receita Tributária per capita	Indicador Receita Patrimonial Per capita	Indicador Receita de serviço Per capita	Indicador FPM-ICMS FUNDEB-etc. Per Capita	Indicador Outras Receita Per Capita			
Aparecida	0,01	1,00	0,10	0,00	0,01	0,01	1,13	0,19	
Cajazeirinhas	0,85	0,43	0,41	0,00	0,92	0,02	2,63	0,44	
Condado	0,09	0,06	0,23	0,02	0,11	0,00	0,51	0,09	
Lastro	1,00	0,85	0,27	0,00	1,00	1,00	4,12	0,69	
Malta	0,19	0,32	0,38	0,00	0,20	0,13	1,21	0,20	
Marizópolis	0,25	0,28	0,00	0,00	0,28	0,11	0,92	0,15	
Nazarezinho	0,07	0,00	0,42	0,00	0,07	0,12	0,68	0,11	
Santa Cruz	0,08	0,58	0,00	0,00	0,09	0,07	0,82	0,14	
São Bentinho	0,37	0,19	0,27	0,00	0,41	0,02	1,25	0,21	
São Domingos de Pombal	0,75	1,00	0,56	0,00	0,80	0,00	3,11	0,52	
São Francisco	0,65	0,58	1,00	1,00	0,69	0,06	3,98	0,66	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,23	0,47	0,00	0,00	0,06	0,76	0,13	
Vieirópolis	0,23	0,24	0,24	0,10	0,26	0,04	1,10	0,18	
Vista Serrana	0,49	0,84	0,79	0,00	0,52	0,00	2,66	0,44	

INDICADORES DE ARRECADAÇÃO - 2015								Soma	Ranking parcial de Arrecadação
Municípios	Indicador receita corrente per capita normalizada	Indicador Receita Tributária per capita	Indicador Receita Patrimonial Per capita	Indicador Receita de serviço Per capita	Indicador FPM-ICMS FUNDEB-etc. Per Capita	Indicador Outras Receita Per Capita			
Aparecida	0,00	0,39	0,11	1,00	0,00	0,04	1,54	0,26	
Cajazeirinhas	0,88	0,15	0,26	0,00	0,90	0,00	2,20	0,37	
Condado	0,07	0,02	0,34	0,01	0,08	0,06	0,59	0,10	
Lastro	1,00	0,46	0,34	0,00	1,00	1,00	3,80	0,63	
Malta	0,20	0,50	0,30	0,00	0,20	0,59	1,79	0,30	
Marizópolis	0,23	0,28	0,03	0,00	0,24	0,00	0,79	0,13	
Nazarezinho	0,04	0,00	0,07	0,00	0,05	0,01	0,17	0,03	
Santa Cruz	0,07	0,46	0,00	0,00	0,08	0,16	0,77	0,13	
São Bentinho	0,33	0,00	0,19	0,00	0,35	0,05	0,92	0,15	
São Domingos de Pombal	0,77	0,71	0,38	0,00	0,77	0,54	3,18	0,53	
São Francisco	0,67	0,37	0,90	0,02	0,67	0,44	3,06	0,51	
São José da Lagoa Tapada	0,02	0,25	0,78	0,00	0,02	0,33	1,40	0,23	
Vieirópolis	0,20	0,15	0,08	0,00	0,22	0,13	0,78	0,13	
Vista Serrana	0,46	1,00	1,00	0,00	0,44	0,20	3,11	0,52	

APÊNDICES B – Indicadores de alocação de despesas 2011 a 2015 normalizados

Municípios	INDICADORES DE ALOCAÇÃO - 2011										Soma	Ranking parcial de Alocação
	IDH-M	Gastos em Saúde per capita	Gastos em Educação per capita	Gastos em Transportes per capita	Gastos com Segurança per capita	Gastos com Assistencial social per capita	Gastos com Habitação per capita	Outras Despesas Diversas per capita	Gastos com Cultura per capita			
Aparecida	0,44	0,09	0,03	0,37	0,07	0,00	0,00	0,00	0,21	1,21	0,13	
Cajazeirinhas	0,18	0,77	1,00	0,43	0,00	0,89	1,00	0,36	0,98	5,60	0,62	
Condado	0,58	0,49	0,27	0,04	0,00	0,13	0,00	0,01	0,05	1,57	0,17	
Lastro	0,03	1,00	0,73	1,00	0,00	1,00	0,61	1,00	0,28	5,65	0,63	
Malta	1,02	0,64	0,15	0,00	0,00	0,10	0,00	0,15	0,11	2,17	0,24	
Marizópolis	0,71	0,17	0,37	0,28	0,00	0,08	0,00	0,28	0,35	2,24	0,25	
Nazarezinho	0,29	0,00	0,07	0,15	0,00	0,18	0,00	0,05	0,29	1,03	0,11	
Santa Cruz	0,80	0,36	0,02	0,04	0,00	0,39	0,15	0,18	0,28	2,23	0,25	
São Bento	0,69	0,38	0,40	0,00	0,00	0,29	0,29	0,51	0,00	2,56	0,28	
São Domingos de Pombal	0,16	0,70	0,73	0,37	0,00	0,29	0,53	0,76	0,51	4,04	0,45	
São Francisco	0,45	0,63	0,36	0,00	0,00	0,41	0,04	0,99	1,00	3,89	0,43	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,08	0,00	0,18	1,00	0,01	0,01	0,33	0,12	1,73	0,19	
Vieirópolis	0,37	0,13	0,30	0,61	0,00	0,18	0,00	0,11	0,40	2,10	0,23	
Vista Serrana	0,33	0,54	0,00	0,00	0,00	0,44	0,00	0,39	0,76	2,46	0,27	
Número de Indicadores	9											

Municípios	INDICADORES DE ALOCAÇÃO - 2012										Soma	Ranking parcial de Alocação
	IDH-M	Gastos em Saúde per capita	Gastos em Educação per capita	Gastos em Transportes per capita	Gastos com Segurança per capita	Gastos com Assistencial social per capita	Gastos com Habitação per capita	Outras Despesas Diversas per capita	Gastos com Cultura per capita			
Aparecida	0,44	0,00	0,06	0,13	0,04	0,10	0,00	0,00	0,03	0,78	0,09	
Cajazeirinhas	0,18	0,67	1,00	0,18	0,00	1,00	0,00	0,42	0,05	3,50	0,39	
Condado	0,58	0,30	0,12	0,00	0,00	0,19	0,00	0,04	0,00	1,23	0,14	
Lastro	0,03	1,00	0,67	0,95	0,00	0,94	0,00	1,00	0,03	4,62	0,51	
Malta	1,02	0,29	0,05	0,00	0,00	0,14	0,00	0,15	0,02	1,67	0,19	
Marizópolis	0,71	0,04	0,19	0,12	0,00	0,08	0,29	0,08	1,00	2,51	0,28	
Nazarezinho	0,29	0,02	0,09	0,13	0,00	0,56	0,00	0,14	0,13	1,35	0,15	
Santa Cruz	0,80	0,29	0,00	0,11	0,00	0,22	0,69	0,13	0,01	2,26	0,25	
São Bento	0,69	0,33	0,42	0,04	0,00	0,35	1,00	0,88	0,09	3,79	0,42	
São Domingos de Pombal	0,16	0,44	0,72	1,00	0,00	0,47	0,00	0,76	0,10	3,65	0,41	
São Francisco	0,45	0,67	0,31	0,00	0,00	0,51	0,15	0,96	0,05	3,11	0,35	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,12	0,05	0,14	1,00	0,00	0,00	0,18	0,00	1,49	0,17	
Vieirópolis	0,37	0,01	0,25	0,15	0,00	0,26	0,04	0,20	0,07	1,35	0,15	
Vista Serrana	0,33	0,74	0,05	0,00	0,00	0,57	0,00	0,50	0,19	2,38	0,26	

Municípios	INDICADORES DE ALOCAÇÃO - 2013										Soma	Ranking parcial de Alocação
	IDH-M	Gastos em Saúde per capita	Gastos em Educação per capita	Gastos em Transportes per capita	Gastos com Segurança per capita	Gastos com Assistencial social per capita	Gastos com Habitação per capita	Outras Despesas Diversas per capita	Gastos com Cultura per capita			
Aparecida	0,44	0,00	0,06	0,02	0,00	0,05	0,00	0,05	0,26	0,88	0,10	
Cajazeirinhas	0,18	1,02	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,55	1,00	4,76	0,53	
Condado	0,58	0,24	0,12	0,01	0,00	0,11	0,00	0,00	0,04	1,11	0,12	
Lastro	0,03	0,93	0,67	0,25	0,00	0,55	0,00	0,89	0,33	3,65	0,41	
Malta	1,02	0,07	0,05	0,01	0,00	0,15	0,00	0,20	0,05	1,53	0,17	
Marizópolis	0,71	0,48	0,19	0,10	0,00	0,11	1,00	0,15	0,49	3,23	0,36	
Nazarezinho	0,29	0,05	0,09	0,02	0,00	0,20	0,00	0,08	0,17	0,90	0,10	
Santa Cruz	0,80	0,41	0,00	0,02	0,00	0,28	0,00	0,09	0,13	1,73	0,19	
São Bento	0,69	0,44	0,42	0,08	0,00	0,21	0,00	0,29	0,00	2,13	0,24	
São Domingos de Pombal	0,16	1,00	0,72	0,34	0,00	0,71	0,00	1,00	0,92	4,86	0,54	
São Francisco	0,45	0,64	0,31	1,00	0,00	0,46	0,00	0,57	0,91	4,34	0,48	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,13	0,05	0,02	1,00	0,00	0,01	0,81	0,10	2,12	0,24	
Vieirópolis	0,37	0,18	0,25	0,00	0,00	0,27	0,00	0,27	0,33	1,66	0,18	
Vista Serrana	0,33	0,62	0,05	0,00	0,00	0,40	0,00	0,65	0,66	2,70	0,30	

Municípios	INDICADORES DE ALOCAÇÃO - 2014										Soma	Ranking parcial de Alocação
	IDH-M	Gastos em Saúde per capita	Gastos em Educação per capita	Gastos em Transportes per capita	Gastos com Segurança per capita	Gastos com Assistencial social per capita	Gastos com Habitação per capita	Outras Despesas Diversas per capita	Gastos com Cultura per capita			
Aparecida	0,44	0,03	0,09	0,06	0,00	0,07	0,00	0,08	0,19	0,96	0,11	
Cajazeirinhas	0,18	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,58	0,40	4,17	0,46	
Condado	0,58	0,25	0,12	0,01	0,00	0,10	0,00	0,00	0,39	1,45	0,16	
Lastro	0,03	0,92	0,59	0,70	0,00	0,92	0,00	1,00	0,19	4,35	0,48	
Malta	1,02	0,18	0,20	0,06	0,00	0,18	0,00	0,26	0,32	2,22	0,25	
Marizópolis	0,71	0,42	0,36	1,00	0,00	0,09	1,00	0,12	0,10	3,79	0,42	
Nazarezinho	0,29	0,11	0,15	0,05	0,00	0,12	0,00	0,14	0,50	1,37	0,15	
Santa Cruz	0,80	0,17	0,04	0,07	0,00	0,28	0,00	0,11	0,71	2,18	0,24	
São Bento	0,69	0,22	0,35	0,00	0,00	0,23	0,00	0,40	0,21	2,10	0,23	
São Domingos de Pombal	0,16	0,65	0,77	0,05	0,00	0,58	0,00	0,61	0,64	3,46	0,38	
São Francisco	0,45	0,71	0,49	0,56	0,00	0,73	0,00	0,57	1,00	4,52	0,50	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,00	0,00	0,07	1,00	0,00	0,05	0,44	0,00	1,56	0,17	
Vieirópolis	0,37	0,09	0,24	0,04	0,00	0,24	0,00	0,25	0,32	1,55	0,17	
Vista Serrana	0,33	0,59	0,11	0,00	0,00	0,38	0,00	0,53	0,31	2,25	0,25	

Municípios	INDICADORES DE ALOCAÇÃO - 2015										Soma	Ranking parcial de Arrecadação
	IDH-M	Gastos em Saúde per capita	Gastos em Educação per capita	Gastos em Transportes per capita	Gastos com Segurança per capita	Gastos com Assistencial social per capita	Gastos com Habitação per capita	Outras Despesas Diversas per capita	Gastos com Cultura per capita			
Aparecida	0,44	0,00	0,18	0,06	0,00	0,11	1,00	0,01	0,39	2,18	0,24	
Cajazeirinhas	0,18	1,00	1,00	0,02	0,00	1,00	0,00	0,43	0,16	3,79	0,42	
Condado	0,58	0,25	0,15	0,03	0,00	0,18	0,00	0,00	0,34	1,53	0,17	
Lastro	0,03	0,81	0,80	1,00	0,00	0,87	0,00	1,00	0,23	4,74	0,53	
Malta	1,02	0,16	0,21	0,02	0,00	0,25	0,00	0,36	0,16	2,17	0,24	
Marizópolis	0,71	0,21	0,50	0,00	0,00	0,20	0,00	0,17	0,33	2,11	0,23	
Nazarezinho	0,29	0,11	0,17	0,04	0,00	0,31	0,00	0,13	0,48	1,53	0,17	
Santa Cruz	0,80	0,37	0,00	0,01	0,00	0,29	0,00	0,12	0,77	2,36	0,26	
São Bento	0,69	0,34	0,36	0,00	0,00	0,51	0,00	0,24	0,11	2,26	0,25	
São Domingos de Pombal	0,16	0,95	0,75	0,08	0,00	0,62	0,00	0,55	0,61	3,73	0,41	
São Francisco	0,45	0,72	0,54	0,03	0,00	0,88	0,00	0,37	1,00	3,99	0,44	
São José da Lagoa Tapada	0,00	0,01	0,09	0,12	1,00	0,00	0,00	0,18	0,00	1,40	0,16	
Vieirópolis	0,37	0,09	0,35	0,06	0,00	0,19	0,00	0,22	0,31	1,59	0,18	
Vista Serrana	0,33	0,55	0,07	0,00	0,00	0,40	0,00	0,47	0,73	2,53	0,28	